SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA
CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA CULTURAL
INDAIATUBA/SP

ATA DA 2ª (SEGUNDA) ESCUTA PÚBLICA REFERENTE AO PLANO NACIONAL ALDIR BLANC (PNAB) JUNTO AO CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA CULTURAL DE INDAIATUBA BIÊNIO 2024/2026 EM 22.05.24

Aos vinte e dois dias do mês de maio de dois mil e vinte e quatro, às 18h30 foi realizada no Auditório da Prefeitura Municipal de Indaiatuba, São Paulo, a escuta pública referente ao Plano Nacional Aldir Blanc (PNAB). Promovida pela Secretaria Municipal de cultura em atendimento as diretrizes da PNAB, iniciou-se as 18h49 e contou com a participação do conselho de cultura e sociedade civil. Iniciou-se a escuta com a presidente do Conselho de Cultura Katina agradecendo a presença de todos neste segundo dia de escuta pública relacionada ao Plano Anual de Aplicação de Recursos (PAAR) da Política Nacional Aldir Blanc (PNAB), instituída pela Lei n°14.399, de 08 de julho de 2022. Em seguida se apresentou, apresentou Rafaele como secretária responsável pela pauta e Weber, vice-presidente também se apresentou, bem como Josielle e Reverton. A presidente apresentou a pauta da escuta para os presentes e solicitou que aqueles que fossem falar, fizessem sua apresentação com os nomes e explicitando a qual segmento faziam parte. A presidente Katina retomou a importância da participação da classe artística nas reuniões de setor e no Conselho em geral. Como previsto em pauta, a Secretaria de Cultura, representada por Weber, propôs sua sugestão de estruturação das porcentagens do PAAR (Plano de Aplicação Anual de Recursos), mas antes Weber afirmou que não iria retomar as explicações sobre a PNAB, visto que já o havia feito na escuta de segunda, ainda assim, resgata que a PNAB vem com ações pré-definidas pelo governo federal, pois essa foi a forma encontrada pelo governo de descentralizar os financiamentos e formas de aplicação de recursos. Baseados nessa premissa, então, a secretaria de cultura fez sua proposta baseada nesse formato exigido pelo governo federal. Explicou que são fixas as porcentagens relacionadas aos Pontos e Pontões de Cultura e à Política Nacional Cultura Viva e à Consultoria, sendo, respectivamente, 25% e 5%. Explicou também que para o município receber os valores, esse precisa comprovar que fez aportes de valores iguais ou superiores ao que está sendo proposto no ano anterior de forma consecutiva e continuada na área de cultura do município. Josielle pediu a palavra para dar um panorama com relação à PNAB. Explicou que são cinco passos e que naquele momento o município de Indaiatuba estava no terceiro, sendo ele o detalhamento do PAAR. Afirmou que outros municípios também estão neste estágio que deve ser sanado até o dia 31 de maio, data limite para a entrega do plano. Explicou que o que estávamos fazendo era o detalhamento, visto que o plano em si já teria sido aprovado pelo governo federal. Informou também que o governo já está sinalizando para a Lei Paulo Gustavo II e que, por conta disso e da PNAB, houveram algumas reuniões regionais para que os representantes do poder público pudessem tirar dúvidas sobre as leis e políticas. Afirmou então que pôde recolher alguns exemplos e experiências de outras cidades, como por exemplo casos em que pessoas já contempladas por um dos editais, não poderiam participar do segundo. Weber retomou a palavra para relembrar os presentes que, por ser uma lei, a PNAB possui ritos burocráticos de transparência e de prestação de contas sob responsabilidade do gestor que devem ser seguidas. Explicou também que, por conta disso, a escuta é importante para a proposição de ideias de forma livre, mas que será necessária a averiguação da regularidade para a aplicação destas propostas. Lembrou também que os planos de ação dos municípios estão no Transferigov e são abertos para verificação. Em seguida passou a explicar o

detalhamento proposto pela secretaria de cultura, retomando que os 5% de Consultoria são fixos, bem como os 25% para Pontos e Pontões de Cultura (Politica Nacional Cultura Viva). Explicou também o que envolve a área destinada a fomentos, assim como o que a lei versa sobre o que seriam as reformas e aquisições, tudo sendo descrito de acordo com o Artigo 5° da Lei que institui Política Nacional Aldir Blanc (PNAB), Lei n°14.399, de 08 de julho de 2022. Baseado no mesmo artigo explicou também os subsídios para espaços culturais. Tudo isso foi feito enquanto as porcentagens apareciam no retroprojetor, sendo elas as mesmas já apresentadas na oitiva anterior: Consultoria, com 5%, com total repassado de R$ 85.361,65; Subsídios Espaços Culturais, com 8,43% e R$144.000,00 de repasse; Reforma e Aquisição, com 36,57% e 624.254,86 de repasse; Fomento Cultural, com 25% e 426.808,25 de repasse e Pontões/Cultura Viva também com 25% e 426.808,25 de repasse. A presidente Katina explicitou que tal plano foi enviado e aprovado sem a participação do Conselho, visto que este ainda não estava ativo no período. Weber retomou mais uma vez o que pode ser modificado nos editais a partir das propostas feitas no dia anterior de escuta pública, como mostras, criações de projetos, oficinas, formações continuadas. Chamou a atenção também para a importância da Política Nacional de Cultura Viva, apresentando que o estado todo de São Paulo tem apenas oito Pontões de Cultura, sendo que Indaiatuba não possui nenhum Pontão e apenas quatro Pontos de Cultura, retomando que essas são formas importantes de acesso aos recursos das leis de fomento. Ainda nesse tema, Josielle chamou a atenção também para o fato de que, excluídas as obrigatoriedades, teríamos quase 70% da verba alocada para fomento cultural. Katina apresenta, então, as contrapropostas elaboradas pelo Conselho de Cultura, cada uma será tratada aqui como “Contraproposta 1” e “Contraproposta 2”. Ambas foram apresentadas e foram dados alguns minutos para a avaliação dos presentes.

A Contraproposta 1 consistia em: Consultoria, com 5%, com total repassado de R$ 85.361,65; Subsídios Espaços Culturais, com 8% e R$136.578,64 de repasse; Reforma e Aquisição, com 12% e 204.867,96 de repasse; Fomento Cultural, com 50% e 853.616,51 de repasse e Pontões/Cultura Viva também com 25% e 426.808,25 de repasse. Já a Contraproposta 2 consistia em: Consultoria, com 5%, com total repassado de R$ 85.361,65; Subsídios Espaços Culturais, com zero% e, portanto, sem repasse; Reforma e Aquisição também com zero% e, portanto, sem repasse; Fomento Cultural, com 70% e 1.195.063,11 de repasse e Pontões/Cultura Viva também com 25% e 426.808,25 de repasse. Caio Miranda, suplente na cadeira de artes visuais, explicou que o Conselho trabalhou muito nos dois dias que se passaram entre a primeira e a segunda escuta pública para que fosse possível a apresentação de outras propostas. Diz que, pessoalmente, é a favor da Contraproposta 1, dada a sugestão de Alexsander Calefo na oitiva anterior do valor de aquisição ser usado na compra de equipamentos de som e luz, num valor mínimo para que se equipe o espaço do Centro Cultural Hermenegildo Pinto, também conhecido entre na cidade como “Piano”. Tal ação está sendo tomada como um princípio para que se equipem os teatros públicos com equipamentos também públicos ao invés de terceirizados como acontece há anos na cidade. Rafaele, conselheira da cadeira de Cultura Popular e secretária, pediu a palavra para explicar também que os valores e porcentagens propostos pelo Conselho foram estudados e avaliados a partir da observação dos Planos enviados e aprovados por outras cidades, sendo que o Conselho fez uma adaptação à realidade do município de Indaiatuba dentro das possibilidades de tempo disponível. Josielle retomou alertando aos presentes para a existência de uma legislação de compra para tudo que for ser adquirido e explica que existe a possibilidade desta compra que foi sugerida não ser

aprovada. Como alternativa, sugeriu a opção de que se coloque nos editais a garantia dessas estruturas por parte do poder público. Alertou também para a possibilidade do governo federal não aprovar essa compra, sentenciando a compras glosadas, o que travaria a aplicação do PAAR. Afirmou que já há cidades com esse problema, visto que o plano não foi aprovado por esta mesma questão de compras não autorizadas. Gerê Canova afirmou que a prefeitura de Indaiatuba tem verba para realizar as compras sugeridas sem usar o valor advindo do edital para isso. Reclamou que os valores de aluguel do “Piano” são altíssimos e que todo equipamento utilizado é terceirizado há pelo menos 30 anos. Katina trouxe a ótica de que não necessariamente as compras precisariam ser para prédios da cultura, alerta que a classe artística precisa pensar para além e que por isso deixar a linha de Reformas e Aquisição vazias poderia gerar problemas para a própria classe no futuro. Fagner, conselheiro da cadeira de música, diz que tudo foi feito muito velozmente, que não houve consulta ao Conselho ou à sociedade civil e que isso não deveria ter acontecido. Pediu que houvesse mais detalhamento das indicações para onde esses valores propostos pela secretaria seriam direcionados e como retornariam para a população. E reafirmou mais uma vez que tudo que envolver políticas públicas precisa ser feito com mais tempo e ouvindo a população. O vice-presidente Weber respondeu que mesmo que a secretaria compre equipamentos de som e luz, seria impossível nunca mais precisar do trabalho de aluguel das terceirizadas, visto que a quantidade de equipamento necessário é muito grande e variada a depender do rider técnico de cada tipo de show ou espetáculo. Atentou os presentes também para a necessidade de pessoas capacitadas para trabalhar com esses equipamentos e a manutenção constante que este tipo de material necessita para seu bom funcionamento e atendimento às demandas apresentadas. Retomou que para a linha de Reformas e Aquisições, como dito na escuta anterior, a sugestão da secretaria seria a restauração do prédio do Centro Cultural Wanderley Peres, mas que as sugestões estão abertas ao diálogo, apesar da necessidade de sempre se pensar nos detalhes e factibilidade de cada proposta. Josielle relembrou que estávamos discutindo programas à longo prazo, para pelo menos os próximos cinco anos e que, portanto, todo planejamento precisaria ser pensado para este período. Eliana Belo, historiadora especializada em patrimônio e literatura, fez uma observação sobre a valor proposto para o restauro, afirmando que este seria ínfimo se fossemos comparar o quanto a prefeitura poderia realmente disponibilizar, visto que estaríamos vivendo momentos de superávit de arrecadação na cidade, mesmo nos momentos de pandemia. Afirmou também que houve aumento de impostos, e que, sendo assim, esses valores precisariam retornar à população. Josielle respondeu afirmando que houve investimento da prefeitura em patrimônios e lembrou que existe essa previsão de reforma na PNAB. Defendeu que o prédio Wanderley Peres seja reformado pela importância que tem para a cidade. E defendeu também que a prefeitura, junto da secretaria, está tomando as linhas de investimentos do governo federal, seguindo a mesma lógica do governo. O conselheiro Caio Miranda alegou também que a ideia de usar o dinheiro para as aquisições de equipamentos veio dos próprios artistas e que nada disso foi pensado pela secretaria de cultura. Chamou a atenção também para o fato de que a discussão ali não seria sobre questões de arrecadação e finanças do município, mas sim o PNAB, pediu foco nesse assunto, já que foi muito difícil conseguir colocar o Conselho em funcionamento, então que a afirmação de que o mesmo não estaria pensando na classe artística, mas sim na prefeitura era incabível. A presidente Katina reiterou que o Conselho está sim pensando na classe e que naquele momento o importante era o foco nas decisões sobre o PNAB. Marco pediu a fala para afirmar que vê a primeira

contraproposta como mais sensata, afirmou também que é muito difícil juntar pessoas para colocarem suas opiniões, pois já participou de conselhos e que essa é uma oportunidade de entender o funcionamento dos processos, organizar e colocar de forma que tudo seja visualizado de forma mais clara.
Explicou que para entender bem como tudo acontece é importante fazer e caminhar, pois conhece muitos artistas da cidade que não o fazem. Por conta disso, sugeriu a criação de uma ferramenta para tornar as reuniões de conselho mais acessíveis, deu a sugestão que costumava usar: o informativo. Katina respondeu que o Conselho já está se organizando nesse sentido, explicou que haverá reuniões setoriais e grupos destes setores via whatsapp. Retomou que os conselheiros são porta-vozes, então que é mesmo importante que os artistas cobrem esses representantes e se comuniquem com eles. Fagner pediu a fala para lembrar que a aquisição e tudo o que foi sugerido pela população necessita ser respeitado. Disse também que não são todos os valores que entram de impostos que podem ser revertidos para a cultura e que precisamos estudar melhor para tomar decisões nesse sentido. Afirmou também ser direito da população o uso do espaço do Wanderley Peres, visto que é um prédio público, e que, dessa forma, é importante sim que se pense em quem faz uso do espaço no aqui e agora e não apenas num futuro desconhecido. Eliana retomou a palavra para dizer que fica feliz da cidade estar trazendo à luz questões de patrimônio e que não quis dizer que isso não está sendo feito, desculpando-se. Explicou que existe um plano de contas de todas as áreas e que existe uma parte da verba da área de preservação e memória que poderia ser enviada para outras áreas, e que, inclusive, isso estaria sendo votado naquela semana. De qualquer forma afirmou que manter um prédio tombado é custoso, sendo assim, a verba destinada ali no edital seria insuficiente para tal. Marli, atriz e diretora, pediu a palavra para afirmar que estudou muito nos últimos dias, bem como entrou em contato com inúmeros servidores públicos para entender melhor o funcionamento da lei e o que poderia ou não ser feito. A partir daí perguntou então quem aprovou a proposta feita pela secretaria, pois aquelas porcentagens a incomodam num lugar mais íntimo, como trabalhadora da cultura e das artes, visto que o proposto na Lei Paulo Gustavo já foi difícil tendo que pagar luz, som e técnico, com estes valores ainda mais baixos seria impraticável. Afirma que fica triste em ter tantos anos trabalhando e receber tal proposta, diz que se sente desvalorizada, pois o que fica para o artista como remuneração é muito pouco. Katina repetiu que não houve pessoas da sociedade civil nas decisões deste plano aprovado. Josielle respondeu dizendo que o valor não é tão baixo, visto que o Cultura Viva também seria dinheiro indo direto para o artista via fomento. E que o PNAB não é um dinheiro pensado para ir direto para o bolso do artista, mas um fomento para a cultura de forma mais geral. Weber retomou chamando a atenção para o fato de que a Política de Cultura Viva seria uma possibilidade para a manutenção dos projetos dos artistas e que, então, seria um recurso para projetos a longo prazo. Mariane, titular da cadeira de literatura perguntou sobre a votação, pois queria saber se o que fosse votado ali realmente seria enviado como proposta. Josielle respondeu afirmando que o objetivo ali era decompor as propostas dos editais e reorganizar e ouvir as sugestões dos artistas. Pois o plano em si já teria sido enviado e aprovado pelo Minc. Mariane disse que gostaria de entender melhor quando o plano fora submetido e se a demora para empossar o Conselho atrapalhou a participação popular nesse processo. Josielle explica que o governo federal vai liberando os modelos aos poucos, assim como vem acontecendo com os editais, então que ficam dependendo das liberações e prazos propostos pelo governo. Mariane sugeriu que, caso zerar qualquer linha das propostas seja impossível, ainda assim, nem o mínimo estaria sendo passado

para os artistas. Josielle respondeu que é necessário sempre entender a realidade de cada município, pois a secretaria de cultura de Indaiatuba fez um estudo e tem embasamento para realizar tal proposta. Katina explicou à Mariane que tudo que for decidido ainda seria votado, discutido e precisaria da assinatura da presidente para ter andamento. Afirma também que se não houver consenso da classe não assinará documento algum, pois ela é apenas uma porta voz. Weber relembrou que ainda havia muita discussão para acontecer, visto que ainda precisariam decidir como cada área seria contemplada e lembra que esse detalhamento ainda precisava ser feito. Letícia, musicista, pediu a palavra para concordar com Marli sobre a divisão das porcentagens, mas concorda também que seria importante que os equipamentos de som e luz fossem públicos. Por isso afirma que entende que a Contraproposta 1 apresenta mais possibilidade de realização, já que os valores propostos pela prefeitura não cobrem os gastos de produção. Fernando, ator, afirmou que acompanha as eleições do conselho e não gosta quando dizem que agora será diferente como a nova gestão do Conselho tem feito. Reiterou a importância de que tudo seja feito e pensado com mais antecedência, além do que as decisões feitas na oitiva anterior não representavam toda classe, já que o número de pessoas era insuficiente para isso. Sobre os subsídios, diz ser a favor que sejam para os espaços de arte e cultura da cidade, dá exemplo do Grupo Estrada e suas necessidades que têm alto custo. Então afirma que é a favor que se tenha uma verba para Reforma e Aquisição, mas que esse valor seja direcionado para os espaços culturais dos artistas da cidade e não para o poder público. Tiago, ator, afirmou que a solicitação de som e luz foi sugestão dos artistas, mas apenas se ela realmente for acontecer, e afirmou também que a ressalva surgiu por conta da afirmação da secretaria de que a compra poderia não acontecer. Disse ser a favor do valor de Reforma e Aquisição ir para os espaços de arte e cultura que não sejam públicos e reclamou que na escuta pública anterior fora dito que essas porcentagens eram fixas e não poderiam ser reorganizadas. Fagner chamou a atenção da secretaria para organizar que estas decisões de percentuais sejam feitas junto do Conselho e de forma aberta, para que o tipo de conflito que estava acontecendo no dia não se repetisse, pois ele não permite que as discussões caminhem. Afirma também que acha justo os valores irem para a reforma de um prédio público, visto que há pessoas que usam esse espaço. Mariane apresentou o artigo sétimo da PNAB que versa sobre reforma e aquisição, resumindo que não há obrigação de repasse de verba para essa linha. Gerê reclamou que as informações foram passadas erradas na segunda pela secretaria. Caio trouxe a reflexão para o que iríamos fazer a partir daquela discussão, quais seriam as ações práticas e decisões a serem tomadas pelo coletivo para resolver a situação de forma prática. Katina concordou e Letícia trouxe também sua preocupação sobre a estrutura de luz e som e a porcentagem que estaria proposta na divisão. Katina abriu a opção para uma terceira proposta, mas que não teve apoio da maioria, tendo apenas 3 votos para essa possibilidade. Em seguida, Gerê propõe que se mantenha a Contraproposta 1, mas acrescentando um inciso de que os valores para Reforma e Aquisição fossem direcionados para lugares privados de produção artística, NÃO para qualquer espaço público de cultura. Katina abriu votação para tal proposta e ela foi aceita por aclamação. Em seguida houve a votação para qual proposta seria enviada como parte do PAAR. Para a Contraproposta 1 com inciso foram 20 votos. Para a Contraproposta 2 foram 4 votos, para a Proposta feita pela Secretaria de Cultura foram zero votos. Sendo assim, ficou decidido pela maioria que a proposta a ser enviada seria a Contraproposta 1 descrita acima. Surgiu uma dúvida coletiva sobre para quem seria a destinação dos valores da linha de subsídio e Weber respondeu que seriam para espaços culturais de artistas da

cidade. Josielle explicou que existe legislação explicando exatamente o que seria Reforma e Aquisição para consulta, caso haja dúvidas. Rafaele apresentou uma dúvida sobre o inciso acrescentado na Contraproposta 1, visto que a PNAB é explícita sobre o objetivo da lei de diversificação de recursos em áreas diversas da cultura, sendo assim, a dúvida ficou se com o inciso não haveria risco do plano proposto ser travado no governo federal por apresentar um acúmulo de área beneficiada. Gerê relembrou que, caso a proposta 1 não seja possível, que a escolha da maioria ficou com a Contraproposta 2. Marli afirmou que outras cidades fizeram essa proposta. Josielle retomou que alguns pontos precisam de confirmação, pois tudo precisará estar de acordo com o Ministério da Cultura. Caio sugeriu um terceiro encontro para que os editais fossem rediscutidos e Katina propõe que já se decidisse uma data antes do fim da escuta. Ficou acordado por aclamação que essa escuta seria na sexta dia 24 de maio de 2024 às 18h30 no Teatro Estrada. Mariane explicou que precisamos que o que for proposto valha, porque se não os participantes acabam desmotivados a ir às reuniões, já que a participação se tornaria apenas protocolar. A próxima escuta seria feita no dia 24 de maio às 18h30 no Teatro Estrada. A foto foi feita e a escuta foi encerrada às 20h42. Nada mais a ser tratado, a Presidente do Conselho deu por encerrada a escuta. Lavramos a presente Ata que será lida e aprovada por todos os presentes e assinada pela Presidente e pela secretária Rafaele Paiva.

Indaiatuba, 22 de maio de 2024.

_____
Katina B. de Souza – Presidente COMCULT

_____
Rafaele Paiva – Secretária